

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS 18ª LEGISLATURA



COMISSÃO DE HABITAÇÃO REFORMA AGRÁRIA E URBANA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 1º/SEMESTRE 2016

Agosto/2016

Membros da Comissão 2015/2016

Titulares		Suplentes	
	PRESIDENTA ISAURA LEMOS (PC DO B)		LINCOLN TEJOTA (PSD)
	LUIS CESAR BUENO VICE-PRESIDENTE (PT)		MARLÚCIO PEREIRA (PSB)
	TALLES BARETO (PSDB)		JEAN (PHS)
	FRANCISCO OLIVEIRA (PSDB)		SIMEYZON SILVEIRA (PSC)
	LISSAUER VIEIRA (PSB)		DEL. ADRIANA ACCORSI (PT)
	JOSÉ NELTO (PMDB)		PAULO CESAR MARTINS (PMDB)
	JÚLIO DA RETIFICA (PSDB)		VALCENÔR BRAZ (PTB)

ATRIBUIÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 1218, DE 03 DE JULHO DE 2007.

(Publicada no Diário da Assembleia de 08 de agosto de 2007) Seção V.

Conforme o Art. 45 do Regimento Interno, estes são os campos temáticos, áreas de atuação e competências da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana:

- 1- Tratar das políticas pertinentes à Habitação Reforma Agrária e Urbana no âmbito do Estado de Goiás;
- 2- Promover estudos e levantamentos das áreas disponíveis ou próprias ao atendimento da demanda real, para a habitação urbana e assentamentos rurais, implementando a Reforma Agrária e Urbana;
- 3- Buscar o desenvolvimento planejado, harmônico, preservando o Meio Ambiente, para os municípios de Goiás, assim como, buscar a correção das anomalias já existentes;
- 4- Priorizar o atendimento aos moradores das áreas de risco, favelas e aos portadores de deficiências, propondo regularização da documentação das posses ou loteamentos organizados;
- 5- Fiscalizar e garantir a elaboração criteriosa da lista limpa de todos os beneficiários dos programas habitacionais e de assentamentos rurais organizados nos últimos governos;
- 6- Propor a desapropriação de área para fins sociais visando atender as necessidades urbanas e rurais, bem como a aquisição de lotes urbanizados para serem adquiridos por famílias carentes, com prioridade aos portadores de deficiências e favelados;
- 7- Garantir junto aos órgãos competentes orientação técnico-jurídica para os assentamentos urbanos e rurais em cada município.

A Comissão de Habitação Reforma Agrária e Urbana, presidida pela deputada estadual Isaura Lemos, no cumprimento de suas prerrogativas legislativas participou e desenvolveu atividades relacionadas às temáticas da habitação, reforma agrária e urbana, em conformidade com suas atribuições definidas no Regimento Interno.

A equipe técnica, bem como a assessoria comissionada pertencente à referida comissão, no desempenho de suas funções, acompanhou as matérias relacionadas às temáticas sua competência que tramitaram por esta Casa de Leis Casa.

Esteve atenta às notícias veiculadas nos diferentes meios de comunicação, mantendo seus membros informados quanto às questões de interesse da Comissão.

ATIVIDADES:

➤ **Audiência Pública**

23/02/2016: Audiência Pública discute o aumento da tarifa do transporte coletivo.

A Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana, presidida pela Deputada Estadual Isaura Lemos realizou Audiência Pública no Auditório Solon Amaral, da Assembleia Legislativa.

A Audiência Pública teve como objetivo discutir o aumento da tarifa, melhorias para o Transporte Coletivo da região metropolitana de Goiânia e a revisão do processo licitatório.

O reajuste da tarifa foi de R\$ 3,30 para R\$ 3,70, mais de 12%, valor superior ao aumento do salário mínimo (9%) e à inflação do período (6,7%), o que tem provocado revoltas e manifestações populares e muita insatisfação por parte daqueles



que diariamente se locomovem por meio desse transporte.

Compuseram a mesa diretora o representante do Procon Goiás, Gleidson Tomaz; o representante do Procon Goiás Goiânia, Leonardo Ferreira; a presidente da seccional goiana da Comissão de Direitos do Consumidor da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-GO), Renata Aba além; do prefeito de Nerópolis, Fabiano Luis da Silva (PSDB); e o presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE), Ritley Alves, e a Vereadora por Goiânia Tatiana Lemos (PC do B).

➤ **Audiência Pública**

17/03/2016 – Reenvio de Projeto de Lei do Governador Marconi que cria o fundo para a Agricultura familiar no Estado de Goiás

Foi realizada na Assembleia Legislativa, no Auditório Solon Amaral uma Audiência Pública para discutir a criação de um fundo para a agricultura familiar.

A audiência de propositura da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana, presidida pela deputada Isaura Lemos (PCdoB) e pelo deputado estadual Talles Barreto (PSDB) objetivou a discussão do projeto de lei da Governadoria, que cria o Fundo para a Agricultura Familiar no Estado de Goiás.

A mesa diretora composta pela deputada Isaura Lemos, que a presidiu; também contou com a participação efetiva do deputado estadual Talles Barreto líder da bancada governista, o deputado José Vitti (PSDB), a representante do secretário da Casa Civil, Jussara Maria Pereira; o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetaeg), Alair Luiz dos Santos; o Superintendente de Desenvolvimento Agrário de Goiás, Warner de Sousa Barbosa; o coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST-GO), José Valdir Misnerovicz; a coordenadora do Movimento Camponês Popular em Goiás, Jéssica Britto; e o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT-GO), ex-deputado estadual Mauro Rubem (PT).



Diversas entidades estiveram na audiência, tais como representantes do Ministério Público, da OAB Seção Goiás, da Secretaria da Casa Civil, da superintendência da Conab, representantes do MST, Movimento Terra Livre (MTL), Movimento dos Camponeses Popular (MCP), Comissão

Pastoral da Terra, Movimento de Luta pela Terra, Fetaeg e outras autoridades da área.

As presenças das entidades ligadas a luta pela agricultura familiar e autoridades da área demonstraram otimismo e compromisso com a busca pelo desenvolvimento do projeto de lei que cria o fundo estadual do desenvolvimento da agricultura familiar.

De acordo com os líderes que participaram ativamente, a possibilidade da criação do fundo fortalece a esperança.

A presidenta da Comissão, deputada Isaura Lemos conclui reiterando a expectativa para as mais de 120 mil famílias que integram esse segmento que é o principal responsável dos alimentos que vão à mesa do povo goiano.

➤ **Audiência Pública**
16/06/2016 – Criminalização dos Movimentos Sociais

De proposição da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana, a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás sediou na manhã de quinta-feira, 16/06/2016, no Auditório Solon Amaral, audiência pública, que abordou o tema “Criminalização dos Movimentos Sociais”. O evento foi presidido pela presidenta da Comissão, deputada Isaura Lemos (PCdoB).

Os/as participantes da audiência protestaram contra a prisão de líderes que foram enquadrados na Lei Antiterrorismo, aprovada pelo Congresso Nacional e que consiste em inibir prática por um ou mais indivíduos dos atos, por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública.



Para a presidenta, deputada Isaura Lemos, o objetivo da audiência proposta foi de elaborar mecanismos para inibir a implantação dessa lei em relação a criminalização dos movimentos sociais, cultura esta que a parlamentar julga como ameaça ao regime, ou seja um retrocesso democrático.

A autora da proposta ainda que destacou existem duas prisões políticas no Estado de Goiás, de

integrantes do MST. Que eles estão presos sem configuração de crime algum, no entanto foram enquadrados como membros de organização criminosa. Conclui afirmando que tal não se deve permitir tal situação, uma vez que a luta pela reforma agrária é justamente para cobrar a Lei, que está fundamentada na Constituição Federal, a qual determina que terra improdutiva deve ser disponibilizada para a reforma agrária.

Já a deputada Delegada Adriana Accorsi (PT), membro suplente da Comissão, opinou que o item mais importante é a mobilização dos movimentos sociais em busca das melhorias e conquistas para a população. De acordo com a parlamentar,

os líderes desses movimentos sociais não podem ser julgados como criminosos, pois exercem o papel de controle social, ou seja, de cobrar do Poder Público o cumprimento/ execução de suas atribuições. “O mais importante é a mobilização dos movimentos sociais contra essa percepção dessa tendência de criminalização da atuação dos nossos líderes dos movimentos sociais. É questão



também de ter o respeito das autoridades, da mídia e de toda a sociedade para que considerem legítima a luta de todos os movimentos sociais”.

Segundo o representante do Comitê Goiano de Direitos Humanos Dom Tomás Balduino, Antônio Canuto, há a necessidade de reunir esforços para a libertação de presos políticos, José Valdir Misnerovicz e Luiz Batista Borges, no Estado e a anulação de medidas que os enquadraram como criminosos, posição esta endossada por Ângela Cristina Ferreira, integrante do Comitê Goiano de Direitos Humanos Dom Tomás Balduino, Gilvan Rodrigues, dirigente nacional do Movimento Sem-Terra (MST),

A referida audiência pública, a mesa diretora foi presidida pela autora da proposta, deputada Isaura Lemos, e vereadora Tatiana Lemos (PCdoB).

Também tiveram lugar à mesa da referida audiência presidida pela presidenta da comissão, deputada Isaura Lemos juntamente com a deputada Delegada Adriana Accorsi (PT) autoridades ligadas à temática discutida como, o dirigente nacional do Movimento Sem Terra (MST), Gilvan Rodrigues, do advogado que é membro da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Goiás (OAB-GO), Allan Hahnemann Ferreira; do coordenador regional da Comissão Pastoral da Terra (CPT-GO), Fábio José da Silva; representante do Comitê Goiano de Direitos Humanos Dom Tomás Balduino, Ângela Cristina Ferreira; e do superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA-GO), Gilson Filho.

➤ **Agenda Política da Comissão**
19/06/2016 - Visita ao Preso Político em Rio Verde-GO.

A Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa de Goiás, por meio de sua presidenta, deputada Isaura Lemos (PCdoB), em 19 de junho realizou visita técnica à Casa de Prisão Provisória (CPP) de Rio Verde, município localizado a 238 km da capital goiana.

A motivação da ação foi a prisão do agricultor Luiz Batista Borges, coordenador de núcleo do acampamento Padre Josimo, em Santa Helena de Goiás. Luiz Batista, membro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O trabalhador rural passou a ser custodiado na unidade prisional após participar de uma série de conflitos agrários na Usina Santa Helena de Açúcar e Álcool, que é controlada pelo Grupo Naoum.

Conforme relato de Bet Serqueira, coordenadora estadual do MST, os embates ocorreram devido ao fato de que a União adjudicou o imóvel ocupado, se comprometendo a repassá-lo ao Incra, com a finalidade de promover a reforma agrária. Isso porque, segundo ela, a usina possui um *déficit* que ultrapassa o valor de 1 bilhão de reais, bem como por dívidas trabalhistas. “Um processo que se arrasta há anos sem que haja solução para as famílias acampadas”, explicou.

Na perspectiva da presidenta da Comissão, deputada Isaura Lemos, a repressão



cometida contra Luiz Batista é injusta e se configura como criminalização do Movimento. Segundo a deputada, ele não matou, não roubou, nunca teve passagem pela polícia; é uma pessoa honrada que está passando por constrangimento de uma prisão arbitrária, que a prisão é política, com acusação de violência. Considerando violência dos dois lados. “Então, por que só punir um lado? ”, questiona.

A parlamentar enfatizou, ainda, que, como presidente da Comissão, é seu dever acompanhar a situação da reforma agrária no Estado de Goiás. “Não é de hoje que nós vemos conflitos agrários, onde nós podemos intermediar evitando a violência e fazendo justiça”, disse. Ela também informou que já dialogou com as duas partes envolvidas em busca de um acordo para que o problema seja resolvido da melhor maneira.

Por meio da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana, estiveram presentes na referida visita, uma comitiva de apoiadores que compartilha a versão de que Luiz é vítima de prisão política, como: professor do curso de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG) e membro do Observatório Fundiário Goiano (Ofungo), Cleuton César Ripol, Fábio José da Silva, coordenador estadual da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

➤ **Agenda Política da Comissão**

12/07/2016 - Visita ao Instituto Nacional de Colonização Reforma Agrária (INCRA)

A Comissão de Habitação Reforma Agrária e Urbana, acompanhou por meio da assessoria, junto a Autarquia Federal, em mediação e apoio aos trabalhadores rurais apoiando inúmeras famílias acampadas na sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em Goiânia.

As referidas famílias reivindicaram uma posição sobre os processos de vistoria com o fim de desapropriação de propriedades para a reforma agrária, que se arrastam há meses e permanecem praticamente paralisados.

De acordo com Alair Luiz dos Santos, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG), 50 áreas estão com pedido de vistoria, ainda não realizadas, e 35, já vistoriadas, com processos concluídos, mas que não foram efetivados.

A pauta de reivindicações do movimento dos trabalhadores inclui ainda o pedido de cumprimento de medidas de assistência técnica, infraestrutura e financiamento da produção agrícola às famílias que foram assentadas há aproximadamente seis anos e que segundo informação do representante da Fetaeg, desde então não houve mais desapropriação de terras em Goiás para fins de reforma agrária

A federação se reuniu com a direção do INCRA em Goiás, no último dia 11/07 e aguarda uma posição do INCRA nacional para deliberar sobre a questão.

A presidenta da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana, deputada estadual Isaura Lemos (PCdoB), externou seu apoio ao movimento e disse que o governo não pode mais adiar a solução desse problema, sob pena de causar um prejuízo inestimável aos trabalhadores e trabalhadoras que lutam pelo direito a terra e à moradia em todo o país, particularmente em Goiás. A parlamentar lembrou a audiência pública que promoveu no primeiro semestre dos trabalhos legislativos, com a presença de parlamentares da base do governo estadual e representantes deste, os quais se comprometeram a dar andamento aos processos que hoje estão na pauta de reivindicações apresentadas pela Fetaeg.

➤ **Outras Atividades:**

23/02/2016

Reunião com moradores do Setor Vila Adilair II, na Cidade de Goianira-GO e representantes da (SANEAGO), sobre a constante falta de água no bairro.

A Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana, presidida pela Deputada Estadual Isaura Lemos (PCdoB), reuniu-se com representantes da Saneago, com moradores do Setor Vila Adilair II e representante da Prefeitura de Goianira-GO, para buscar solução sobre a constante falta de água no bairro.

O presidente da associação dos moradores do setor Vila Adilair II, Edigar Augusto dos Santos espera uma solução viável o mais rápido para o local. “Com o apoio da Prefeitura eu acredito que tudo será resolvido mais rápido”, explica Edgar.

01/03/2016

Audiência com o Superintendente Regional do Instituto Nacional do Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em Goiás.

A Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana, presidida pela Deputada Estadual Isaura Lemos (PCdoB), reuniu-se com Superintendente Regional do Instituto Nacional do Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em Goiás, Jorge Tadeu Jatobá. A audiência foi proposta pela Comissão, com o intuito de fortalecer o diálogo e as ações em prol do avanço nos processos administrativos de avaliação e desapropriação de propriedades para o fim da implementação da reforma agrária no Estado de Goiás.

15/03/2016

Visita a Associação Rio dos Bois, em Pontalina-GO.

A Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana, presidida pela Deputada Estadual Isaura Lemos (PCdoB), reuniu-se com os assentados do Rio dos Bois em Pontalina-GO, a pauta da reunião foi a efetivação de políticas públicas para os trabalhadores rurais assentados.

28/04/2016

8º Edição da Câmara Legislativa Itinerante de Goiânia.

A Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana, presidida pela Deputada Estadual Isaura Lemos (PCdoB), participou da 8º Edição da Câmara Legislativa Itinerante de Goiânia, que foi realizada na região Sudoeste da capital, na Praça Emílio Silvestre do Vale - Condomínio das Esmeraldas, Jardim Itaipu – Goiânia-Go

22/05/2016

Plenária Estadual da UNEGRO-GO

Deputada Isaura, representou a Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana participou da abertura do Congresso Estadual da Unegro-Go.

10/06/2016

“Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas”.

A Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana, presidida pela Deputada Estadual Isaura Lemos (PCdoB), representou a Comissão, na 6º Conferência de Goiânia realizada pela Prefeitura de Goiânia-GO, no auditório Jaime Câmara do poder Legislativo, com o tema “Função Social da Cidade e das Propriedades” sob o lema “Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas”.

13/06/2016

Entrega de Escrituras Públicas de Imóveis no Bairro Cerrado em Goiânia-GO.

Presidenta da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana participou da atividade de Entrega de Escrituras Públicas de Imóveis no Bairro Cerrado em Goiânia-GO.

29/06/2016

Reunião com Moradores do Residencial Vale dos Sonhos

Presidenta da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana se reuniu com moradores do Bairro Cerrado em Goiânia-GO para tratar da Regularização Fundiária do setor.

Isaura Lemos

Presidenta Comissão de Habitação Reforma Agrária e Urbana
Deputada Estadual - PCdoB